



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

| CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | | | |
|------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Diligência | REUNIÃO Nº: 0688/14 | DATA: 22/05/2014 | |
| LOCAL: Chefia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro | INÍCIO: 10h39min | TÉRMINO: 11h41min | PÁGINAS: 30 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCELO MAIA - Delegado Titular da Delegacia da Criança e Adolescente Víctima - DCAV.
ELEN SOUTO - Delegada da Divisão de Homicídios.
GILSON PERDIGÃO - Delegado Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA.
ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Mãe de criança desaparecida.
MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Avó de criança desaparecida.
RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Tia de criança desaparecida.
WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Presidente do Portal Kids.

SUMÁRIO

Esclarecimentos sobre providências para formação de força-tarefa no âmbito da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro acerca de processos sobre desaparecimento de crianças e adolescentes. Realização de exames de DNA em ossadas encontradas entre os anos 2000 e 2009.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Declaro aberta a presente reunião, na Chefia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Estão aqui presentes o Delegado Marcelo Maia, Delegado Titular da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima — DCAV; a Dra. Elen Souto, Delegada da Divisão de Homicídios; e o Dr. Gilson Perdigão, Delegado Titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente — DPCA. Também estão presentes a Sra. Waltéria Ferrão Ribeiro, Presidente do Portal Kids, e as seguintes mães de crianças e adolescentes desaparecidas ou vítimas de exploração sexual: Elisabete Martins de Lima Barros, mãe de Thaís de Lima Barros; Raquel Gonçalves, tia de Larissa Gonçalves; e Maria de Lourdes Cavalcanti, representando Vânia Andrade, mãe de Gisela Andrade. A mãe de Amanda não veio.

O objetivo da presente reunião é dar prosseguimento ao debate sobre determinadas providências que foram solicitadas na reunião anterior.

Bom dia a todos!

Dr. Marcelo, Dra. Elen e Dr. Gilson, nós estivemos com as mães das meninas desaparecidas, no mês de dezembro, em reunião com a então Chefe da Polícia Civil, Dra. Martha Rocha, e ficou estabelecido que nós teríamos uma força-tarefa para juntar todos os processos que estavam nas delegacias num lugar só, a fim de que pudessem essas mães ter um atendimento diferenciado e um acompanhamento. Também ficou estabelecido que seria feito exame de DNA nas ossadas encontradas de 2000 até 2009, para saber algumas dessas ossadas pertencem a meninas que estão desaparecidas. Nós viemos hoje para concluir os trabalhos da CPI e gostaríamos de saber como está o andamento dessa força-tarefa e no que podemos ajudar, no sentido de políticas públicas, no encerramento da CPI, com projetos de lei.

Então, eu passo a palavra agora ao Dr. Marcelo Maia.

O SR. MARCELO MAIA - Bom dia a todos! Bom dia, Deputada! O Dr. Fernando Veloso, em razão de agenda externa — ele está lá no Palácio Guanabara —, não pôde comparecer, mas pediu que nós três aqui déssemos total atenção aos Deputados e às mães das meninas desaparecidas.

Na DCAV, especificamente, a Delegacia onde eu estou, nós não temos nenhum procedimento em que se investiguem essas adolescentes que foram



citadas. Pelo que me lembro, esses procedimentos estão na DPCA. E ficou traçado para a DCAV, naquela época, pela Chefe de Polícia Martha Rocha, que a gente conseguisse, a qualquer custo, a prisão do Fernando. O primeiro passo foi dado: o Fernando foi preso, foi pego. Depois de várias diligências, em vários endereços, na casa de familiares, ele acabou se sentindo pressionado e se entregou. Fomos até a uma empresa em que ele trabalhava em Macaé também, ficamos vários dias esperando ele aparecer lá, porque o contrato dele... Ele foi chamado para rescindir o contrato pela ausência dele. Ele falou que iria com o advogado, e a gente ficou lá esperando. Ele não apareceu, mas acabou se entregando depois na delegacia.

Em relação às ossadas, às investigações, eu prefiro passar a palavra à Dra. Elen e ao Dr. Gilson para eles falarem sobre isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, eu vou passar a palavra para a Dra. Elen Souto, Delegada da Divisão de Homicídios, a fim de que ela, que estava aqui na reunião passada, possa fazer os esclarecimentos devidos.

A SRA. ELEN SOUTO - Bom dia a todos! Como a Deputada disse, meu nome é Elen, eu sou Delegada da Seção de Descoberta de Paradeiro, que funciona dentro da Divisão de Homicídios.

Naquela reunião com a Dra. Martha Rocha, ficou estabelecido um compromisso aqui de que nós levantaríamos novamente — novamente, não, levantaríamos —, faríamos uma pesquisa de encontro de ossadas nesse período de 2000 a 2009, que abrange o período de desaparecimento das meninas. Às mães e avó que estão presentes aqui, o desaparecimento da Gisela é a única investigação que está lá na Seção de Descoberta de Paradeiro, que está na Divisão de Homicídios. A investigação dessas outras meninas — Larissa, Thaís —, estão todas na DPCA. E o Departamento de Telecomunicações da Polícia já fez esse levantamento de encontro de ossadas, só que, como é um período em que nós não tínhamos os laudos de necropsia dessas ossadas inseridos no sistema, a análise está sendo manual. Eu tenho o número total das ossadas encontradas nessa quase uma década, de 2000 a 2009, só que isso ainda não foi depurado, porque a análise é manual. Eu vou sentar no IML...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Qual é esse número?



A SRA. ELEN SOUTO - Foram encontradas nesse período 213 ossadas. Temos que depurar isso ainda, e está sendo depurado. Eu vou sentar com a Diretora, porque eu preciso acessar o laudo no próprio IML — não está no sistema —, para analisar, em cada laudo de necropsia, quais seriam de meninas, naquele perfil de até 13 anos, e quais de adultos. Nessas 213 deve haver adultos e deve haver crianças. Então, esse é o passo que está sendo dado.

Essa pesquisa também foi demorada. O DGTIT demorou a fazer a pesquisa. Eu a recebi semana passada. Vou sentar com a Diretora do IML para ver cada laudo, um por um.

E o segundo passo é assim... Nós nos detivemos em pesquisar apenas as ossadas. Só que eu estivesse pensando que a ossada nos limita; fica-se só no título “encontro de ossada”. Então, eu vou pedir ao Geraldo — ele já está com essa incumbência; aí o número vai ser bem maior —, nesse mesmo perfil, a pesquisa de vítimas de homicídios e de encontro de cadáveres, para aumentar o título. Não necessariamente foi encontrada uma ossada na época. Só que, quando ele me der essa resposta, eu já vou ter concluído esse encontro de ossadas, essa pesquisa, essa depuração desses laudos de necropsia das ossadas, e as mães já vão ter sido encaminhadas, então o material genético já vai estar no IPPGF. E, quando terminarem essas pesquisas dos homicídios e encontros de cadáveres, o material já vai estar lá, então o confronto genético já vai ser feito. Então, o que nós vamos fazer agora é depurar uma por uma essas 213 ossadas e encaminhar as mães. E a segunda pesquisa é homicídios e encontro de cadáveres, mas o material genético das mães já vai estar lá, entendeu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Quanto tempo vai levar esse trabalho?

A SRA. ELEN SOUTO - Eu vou sentar com a Diretora do IML.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Leva mais ou menos quanto tempo? É um trabalho...

A SRA. ELEN SOUTO - É um trabalho... E nós estamos na construção... Não sei se a senhora sabe que vai ser criada a Delegacia de Pessoas Desaparecidas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Sim.



A SRA. ELEN SOUTO - A gente está nessa construção. Então, isso demora o dia inteiro. Mas eu vou sentar com ela. Eu espero que demore 1 semana. Eu vou marcar umas duas vezes por semana, um total de 5 dias, para tentar analisar todos os laudos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós estivemos, na época, com a Ministra Maria do Rosário. A Secretaria de Direitos Humanos ofereceu também o departamento dela — eles estão com um departamento muito avançado em relação a DNA —, se vocês precisarem de uma força-tarefa.

A SRA. ELEN SOUTO - Ah, tá bom!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ela saiu da Secretaria, mas ficou o registro lá.

A SRA. ELEN SOUTO - Ah, sem dúvida!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós podemos pedir à Ministra Ideli Salvatti que dê continuidade. Ela disse que manda os técnicos dela para cá.

A SRA. ELEN SOUTO - Então, está bom! Ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ela coloca o departamento à disposição, aqui, da Polícia Civil. E a Polícia Federal também... O Dr. Leandro também ofereceu ajuda, se for preciso, nesse sentido.

A SRA. ELEN SOUTO - Ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, você pega os contatos e a gente pode...

A SRA. ELEN SOUTO - Está ótimo. Quando eu terminar essa pesquisa e as mães forem encaminhadas ao nosso laboratório de pesquisa em genética forense, que a polícia tem, eu faço o *link* para essas pessoas entrarem em contato com o Diretor para oferecer a parte técnica, o que for necessário e cabível, porque a gente não sabe o que o laboratório precisa ou não, enfim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É claro.

A SRA. ELEN SOUTO - A gente os bota em contato, para um ajudar o outro. Ótimo. É muito bom.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso é bom, porque eles estão lá com um laboratório técnico.

A SRA. ELEN SOUTO - É a Secretaria de Direitos Humanos, não é?



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É a Secretaria de Direitos Humanos.

A SRA. ELEN SOUTO - SDH.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, ela ofereceu essa ajuda, essa força-tarefa, para poder ajudar as mães.

A SRA. ELEN SOUTO - Ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ela ficou muito interessada nesse sentido.

Eu gostaria de saber, doutora, se foram encontradas mais ossadas de crianças depois dessa época, se há algum número, porque nós tivemos outros desaparecimentos em 2010, 2011 e 2012: da Ana Paula, da Gisela e de outras meninas. Eu gostaria de saber se foram encontradas também.

A SRA. ELEN SOUTO - Nós nos ativemos a essa pesquisa, nesse primeiro momento. Eu tenho a pesquisa até 2014. Ele me forneceu a pesquisa até 2014. Eu estou focando agora, para atender a essa primeira demanda, de 2000 a 2009. A de 2014 eu já tenho no sistema. Isso eu já vejo. Da minha delegacia, eu já acesso o Laudo Web. Isso vai ser feito em relação às desaparecidas do meu setor, que são as enigmáticas: a Gisela, a Natalina e a Camily Vitória. A Camily tem 4 anos; a Gisela estava com 9 na época...

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Ela estava com 8.

A SRA. ELEN SOUTO - ...com 8; e a Natalina tinha 13. São as enigmáticas do meu setor. Isso vai ser feito nas minhas investigações. Para a minha investigação... Eu posso até dar o *feedback*, dar a resposta — é óbvio que eu vou dar —, porque ele me forneceu essa pesquisa. Ele pegou de 2000 a 2014: 213 foram desse período demandado, de 2000 a 2009; de 2010 a 2014, eu nem contei, porque aí eu vou fazer de acordo com a minha investigação. Não me ative a esse período porque não era o tema da CPI, mas agora eu vou fazer para as minhas investigações: da Gisela, da Camily e da Natalina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Que bom! Então, nós vamos aguardar o resultado, para acompanhar. Apesar de a CPI terminar na semana que vem, nós vamos fazer uma Subcomissão dentro da Comissão de Direitos Humanos para poder continuar fazendo os trabalhos.



A SRA. ELEN SOUTO - Quando houver a conclusão, para encaminhamento... Quando eu terminar de fazer esse levantamento de quantas ossadas podem ser de meninas nesse perfil, eu comunico à Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Esse documento a senhora não pode disponibilizar para a CPI por enquanto, não é?

A SRA. ELEN SOUTO - O das ossadas não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Essa pesquisa.

A SRA. ELEN SOUTO - Não, não. É nosso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É uma coisa...

A SRA. ELEN SOUTO - Interna.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tá bom.

Então, obrigada, Dra. Elen.

Eu gostaria de passar a palavra agora para o Dr. Gilson Perdigão, Delegado Titular da DPCA, e agradecer à DPCA pelo empenho na prisão do Fernando Marinho de Melo, apesar de que a CPI fez uma sabatina para ouvi-lo, e ele nega, dizendo que é inocente. Ali nós estamos com os retratos falados, doutor.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ele disse que essas fotos não são dele, que a pessoa era parecida com ele e que ele foi preso inocentemente. Se o senhor conhece o caso, eu gostaria que falasse um pouco sobre isso.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Deputada, eu assumi a Delegacia há poucos meses, substituindo a Dra. Patrícia. Infelizmente eu não participei dessa primeira reunião, mas eu estou a par dos inquéritos, eu os estou acompanhando. Apesar de já estarem tramitando há algum tempo, a gente tem todo o empenho em cima desses inquéritos; um deles inclusive já está em fase de conclusão. Além do próprio retrato falado, nós temos prova testemunhal, de reconhecimento, em relação ao Fernando, um deles. Em relação aos outros, nós não temos esse material ainda, mas existe todo o empenho em consegui-lo. Estreitando agora ainda mais os laços com a Dra. Elen, até com a criação dessa nova delegacia, que vai concentrar as investigações, com o nosso conhecimento já junto com a DCAV, eu acho que isso vai facilitar muito o trabalho da Polícia Civil.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. GILSON PERDIGÃO - Eu acho. Eu acho que, concentrando esses casos numa delegacia específica...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Doutor, ele falou que esse foi o retrato falado e que isso não parece com ele em nada. Tem como o retrato falado enganar alguém ou não chegar até lá?

O SR. GILSON PERDIGÃO - O retrato falado apresenta semelhanças. Ele nunca vai ser uma figura igual. Ele é para dirigir, vamos dizer, a investigação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas como vocês chegaram até o retrato falado, foi através...

O SR. GILSON PERDIGÃO - Nós temos o retrato falado e prova testemunhal, inclusive.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Na entrevista com ele, eu perguntei como ele, em 2002, foi apontado, se ele estava embarcado — é um oficial da Marinha —, no caso da Thaís Lima Barros? Como a polícia chegou até ele? Ele não soube explicar. Ele disse que foi através de denúncia de uma namorada e que ele explicou. Mas depois ele aparece em 2008 no caso da Larissa, e foi apontado também em outros desaparecimentos.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Essa forma de tentar, vamos dizer, dirigir a responsabilidade para alguma vingança pessoal, por exemplo, de uma ex-namorada que não estava satisfeita com o fim do relacionamento, é muito comum, é uma prática muito comum desses criminosos. Eles geralmente agem assim e alegam isso. Mas, pelas investigações, pelo material que nós temos ali, não existe dúvida nenhuma.

O SR. MARCELO MAIA - Deputada, é bom que fique também consignado que ele foi preso depois de todo o processo, todo o trâmite, todo o contraditório, toda a ampla defesa em juízo. Ele foi condenado, numa sentença transitada em julgado, duas vezes. Então, ele teve toda a possibilidade de arguir tudo o que ele explicou para vocês, em juízo. E o juiz foi convencido de que realmente ele foi culpado, diante das provas que foram carreadas na fase policial, principalmente. Então, é uma desculpa. Ele tem que explicar alguma coisa, então ele nega.



O SR. GILSON PERDIGÃO - Geralmente, eles usam exatamente este fato: de alguma pessoa, de algum fim de relacionamento, que está querendo se vingar e criou essa denúncia. Mas nós temos elementos que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vocês têm elementos que...

O SR. GILSON PERDIGÃO - ... que comprovam, lógico, sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ... que comprovam a participação dele nesses casos.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Sem dúvida alguma.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ele foi até muito arrogante, durante a nossa investigação. Ele prestou esclarecimentos na CPI do Tráfico de Pessoas. Estava com os advogados e disse que foi tudo uma armação. Então, eu quero deixar isso bem claro, porque nós temos lá as notas taquigráficas, que estão disponíveis na Internet, até para vocês verem e para poderem conversar com os próprios delegados que fizeram a prisão e que estão acompanhando o caso, para que não haja nenhuma dúvida em relação à CPI. Porque ele disse na CPI que quem foi culpado da prisão dele fui eu, porque fui falar com o Desembargador Paulo Rangel. Ele deixou isso bem claro lá. Eu falei: *“Não, eu não posso influenciar um juiz, não posso influenciar um desembargador, nem a polícia!”* Então, foi para poder deixar bem claro isso que eu fiz as perguntas para vocês, para que não haja nenhum tipo de influência da CPI ou de alguma coisa. Então, foi um caso que o senhor mesmo está dizendo que teve provas suficientes para que ele viesse a ser preso.

Eu vou passar para as mães. Querem falar alguma coisa? Vocês querem falar alguma coisa, a Wal ou a mãe da Thaís? (*Pausa.*) Então, vou passar primeiro para a mãe da Thaís.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Bom dia a todos. O meu nome é Elisabete Martins de Lima Barros. Sou a mãe da Thaís de Lima Barros, que está sumida desde o dia 22 de dezembro de 2002. Então, são 12 anos e 5 meses — está fazendo hoje, completando.

Eu quero tirar uma dúvida com a senhora, Dra. Elen, porque eu não entendi o tempo para fazer o DNA. É após a Delegacia de Desaparecidos que a senhora vai fazer o DNA ou é a partir de hoje que vai correr o tempo?



A SRA. ELEN SOUTO - Não, vocês serão encaminhadas tão logo seja concluída a análise das ossadas, dos laudos de necropsia das ossadas. É independente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não entendi.

O SR. GILSON PERDIGÃO - A sua dúvida é se isso só ocorreria depois da criação da delegacia, não é?

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Isso. Era isso o que eu queria saber.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Não, não, nós já estamos com a investigação em andamento.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Ah, tudo bem!

A SRA. ELEN SOUTO - Não, já está em andamento. Eu estou com as ossadas. Só falta eu sentar com a Diretora do IML. O que eu tenho que fazer é sentar com a Diretora do IML, para ela me dar esses laudos todos, e analisar um por um, para vocês serem encaminhadas.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Agora ficou mais claro, tanto para mim quanto para elas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELEN SOUTO - É a Dra. Maura.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELEN SOUTO - É. Eu vou marcar com ela, sentar. Ela tem que fazer a pesquisa dela lá e encontrar esses laudos, porque isso não está *on-line*. Não tem no Laudo Web, de 2000 a 2009.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Mais uma pergunta também: sobre a progressão de imagem, como a senhora conseguiu e como eu poderia conseguir, já que o caso da minha filha já virou processo? Está em Bangu, mas eu já tentei, já fui à Federal, já fiz o que eu podia fazer para tentar fazer a progressão de imagem.

A SRA. ELEN SOUTO - Para o envelhecimento?

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Como já tem 12 anos e 5 meses, a minha filha está hoje totalmente diferente do que era.

A SRA. ELEN SOUTO - Totalmente.



A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Se a Gisela, que foi de 2009...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Sim, 2010, desculpa. Ela também já está diferente. Imagine a minha, que já tem 19 anos — se ela estiver viva. Eu sei que há possibilidade de ela estar morta também. Eu tenho consciência disso. É por isso que nós tivemos tratamento psicológico, através do Portal Kids. Então, nós temos essa consciência também.

A SRA. ELEN SOUTO - Esse projeto de envelhecimento digital vai ser um projeto novo nessa delegacia a ser criada. Vai ter um núcleo de envelhecimento digital. Eu optei... Aliás, eu não optei, eu decidi pela Gisela porque é uma investigação que está comigo. Então, eu decidi pela Gisela porque ela deve ter mudado e tal. Mas eu me comprometo com vocês. O policial está sendo capacitado. Ele é o policial da Divisão de Homicídios que faz retrato falado. Eu já tinha proposto essa ideia — porque eu sou apenas um setor, eu não tenho uma estrutura de delegacia —, eu já tinha proposto essa ideia a ele de fazermos esses envelhecimentos. E hoje, agora, ele está num curso de capacitação lá em São Paulo e vai participar dessa delegacia, com essa nova estrutura, que eu posso passar para vocês, se vocês quiserem. Nessa nova estrutura da Delegacia de Pessoas Desaparecidas, vai ter esse núcleo de envelhecimento digital. E a menina que eu queria começar, porque é um caso lá do setor, logo do início, quando eu estava no setor, é a Gisela. Eu vou começar com a Gisela, mas eu posso fazer de todas. Eu pretendo fazer, eu vou fazer das que eu estiver investigando, mas eu me comprometo a fazer de todas elas, até porque eram meninas e, com a idade que estariam hoje, são mulheres, completamente diferentes. Então, eu me comprometo com vocês de fazer das dez. São dez, não é?

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Eu falo por mim, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELEN SOUTO - É um trabalho de Photoshop. Tem programas próprios. Eu vou até dar um exemplo aqui feito em São Paulo. Eles concluíram, de novo, o da filha da mãe da Sé.

(Não identificado) - Da Ivanise.



A SRA. ELEN SOUTO - Está aqui. A delegada de lá me mandou. Eu vou mostrar agora para vocês como ficou. Foi feito. Lá eles estão para inaugurar o Setor de Arte Forense agora. E o meu policial, esse policial que vai fazer o envelhecimento para a gente, está em contato com o Sidney, que é quem faz lá. Então, eu me comprometo a fazer de todas, sem dúvida, sem problema nenhum. Eu começo com a Gisela e vou fazendo. A gente vai entrando em contato com vocês através da Vanda, porque eu não tenho o inquérito de vocês, não tenho o contato, mas a Vanda tem o contato, e a gente vai fazendo.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Eu agradeço, porque...

A SRA. ELEN SOUTO - A gente faz, sem problema nenhum.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Está certo a senhora fazer a dela. Eu quero até, assim, como mãe...

A SRA. ELEN SOUTO - Tem que fazer de todas, não é?

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Porque o que eu estou passando eu sei que todas elas estão passando pelo mesmo sufoco. Nós ficamos na imagem. Ela, que é vó, fica com a imagem da Gisela quando tinha a idade, assim como eu tenho agora. Hoje em dia, eu não...

A SRA. ELEN SOUTO - Eu sei. Mudou, não é? Eu vou mostrar a da filha da Ivanise aqui, como muda.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Eu a conheço.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELEN SOUTO - Não, mas eu faço de todas. Eu termino a da Gisela e... Como é uma coisa nova para ele, eu também não sei o tempo que ele vai levar. Eu não tenho conhecimento nenhum.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Eu agradeço.

A SRA. ELEN SOUTO - Então, vamos esperar, e a gente vai fazendo de todas as meninas. De repente, eu faço de acordo com a idade. Eu pego aquela lista da Vanda e vou: as de 2000, as de 2001, as de 2002 e vou fazendo. Eu tenho que saber quanto tempo ele vai levar para fazer a de cada uma. Eu não sei.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - É, eu sei que é demorado.



A SRA. ELEN SOUTO - Esse é um novo projeto, é demorado. Precisa conversar com os familiares — por isso eu falei com ela — para ele ver os traços. Eu faço de todo mundo, sem problema nenhum. A gente vai se falando.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Está o.k. Vocês têm alguma notícia — não sei se se falam — do processo em relação à minha filha, porque eu estive em Bangu, e ele não me passou nada, o dia da audiência...

A SRA. ELEN SOUTO - Já é processo?

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Já virou processo. Eu tenho o número do processo.

A SRA. ELEN SOUTO - É o Fernando também?

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Isso, exatamente. Eu até queria saber como está o processo. Vocês não têm acesso, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELEN SOUTO - É através de defensor público.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Está o.k., então. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vou passar agora para a Maria de Lourdes de Cavalcanti, que é avó da Gisela e quer fazer uma pergunta também para a Dra. Elen.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Bom dia, Dra. Elen! Tudo bem? Eu queria saber se há alguma notícia de algum suspeito, de alguma coisa, porque já faz uns 2 anos que nós não temos notícia nenhuma. Então, eu queria saber, porque isso está deixando a gente doente, porque a gente não sabe nada, não entende nada. Estamos à procura. Eu ainda procuro até hoje. Porque desde o começo, quando a mãe dela estava grávida, era eu que ficava no sofrimento. Saio às madrugadas, às vezes. Alguém às vezes liga e diz: “Ó, eu vi uma igual”. Vai a avó — só a avó. Eu queria saber se vocês lá da Homicídios têm alguma coisa que possa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Sobre aquele retrato falado que tem lá no processo, eu queria saber se houve alguma coisa, alguma mudança.



A SRA. ELEN SOUTO - Na verdade, a gente está... A investigação está andando. Nós estamos trabalhando com a Inteligência, a partir de uma notícia que veio — não sei se a senhora tem ciência, mas, enfim, está no inquérito — de uma pessoa específica. A gente está trabalhando em cima de dados de Inteligência, de análise de Inteligência mesmo.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Porque tem aquele suspeito de São João de Meriti.

A SRA. ELEN SOUTO - Isso mesmo.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Do carro Siena, sei lá, um carro assim.

A SRA. ELEN SOUTO - Isso mesmo. Nós estamos tentando amarrar.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - E eu queria saber se houve alguma coisa, porque é o pai e o filho, parece.

A SRA. ELEN SOUTO - Isso. A investigação está andando.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Está?

A SRA. ELEN SOUTO - Está, não se preocupe.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - É que hoje eu estou muito nervosa.

A SRA. ELEN SOUTO - Não se preocupe, a investigação está andando. Só que, como eu falo, em desaparecimento as pessoas não assumem nada lá.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - É verdade.

A SRA. ELEN SOUTO - É complicado, não é? A gente não tem corpo. E, se tem um corpo, a gente não tem...

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Se a gente for à delegacia, a gente tem acesso aos processos?

A SRA. ELEN SOUTO - Claro, pode ir lá! Eu vou marcar, sim! Deixe o Valadão ligar para a senhora, que aí a senhora aproveita um dia só. Ele vai ligar para a senhora semana que vem.

A SRA. MARIA DE LOURDES DE CAVALCANTI - Está bem, doutora, era só isso o que eu queria saber. Muito obrigada.

A SRA. ELEN SOUTO - Está bem. *(Pausa.)*



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu vou passar para a Wal... Raquel, você quer fazer alguma pergunta? (*Pausa.*) Então, eu vou passar para a Raquel, tia da Larissa Gonçalves.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Bom dia. A minha pergunta é para a Dra. Elen. Na verdade, a Elisabete já falou tudo o que eu queria saber, mas eu queria saber uma coisa da senhora: a partir do momento em que for feito o envelhecimento das fotos, como vai ser a divulgação?

A SRA. ELEN SOUTO - Ah, eu vou usar a mídia! Eu conto com a Deputada e a assessoria de comunicação. A divulgação vai ser feita, principalmente no primeiro, que é para divulgar o trabalho da delegacia. Eu quero que seja... Ele já vai começar a fazer para que seja apresentado assim que a delegacia for inaugurada, porque a gente está fazendo de vontade nossa. É um projeto antigo, tanto que ele está se capacitando. E agora que a delegacia vai sair, eu falei: "*Não, agora, semana que vem, vamos fazer a da Gisela*".

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELEN SOUTO - Ela é própria. Ela vai funcionar lá na Cidade da Polícia. É um setor. Na verdade, como é o Desaparecimento? Ele é um setor dentro da Homicídios. E esse setor, que pega a Capital do Estado, vai ser elevado a delegacia e vai funcionar na Cidade da Polícia, com uma estrutura de delegacia. Nós vamos ter uma estrutura de assistentes sociais e psicólogos dentro da delegacia; nós vamos ter o Disque-Desaparecido, que vai funcionar 24 horas; vai ter plantão na delegacia. É uma estrutura muito legal. Vai haver um núcleo para investigar criança e adolescente e um núcleo só para adulto. E um dos trabalhos dessa estrutura nova é o trabalho de envelhecimento digital, porque é muito importante, principalmente com crianças. Não adianta divulgar uma foto de uma criança, porque essa criança não é mais a mesma. Ninguém vai achar nunca.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ELEN SOUTO - Um mês depois. Imagina uma menina de 9 para uma menina de 14! Era uma criança e, hoje em dia, é uma mocinha, uma moça. Então, isso é importante. E, na hora de divulgar, até para divulgar o trabalho e a importância da divulgação da imagem, nós vamos mobilizar a imprensa toda, a senhora não tenha dúvida.



A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - E eu também gostaria de fazer uma pergunta ao Delegado da DPCA. Bom dia, delegado!

O SR. GILSON PERDIGÃO - Bom dia!

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Com a prisão de Fernando — hoje ele se encontra preso —, eu gostaria de saber do senhor se vão ter prosseguimento as investigações.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Sim, sim.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Porque tem várias linhas, não é?

O SR. GILSON PERDIGÃO - Sem dúvida.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Eu não sei, não conheço bem, mas a gente queria saber...

O SR. GILSON PERDIGÃO - A gente tem que ir, sim, com bastante responsabilidade na investigação. Isso é natural. Quando a gente encontra um caso desses, a gente tem que responsabilizar outros casos em cima, até pela forma como é feito. Mas, com responsabilidade, a gente está caminhando. E vamos chegar a outros casos, inclusive com ele.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Nós temos como procurar o senhor?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GILSON PERDIGÃO - Têm. A gente tem alguns inquéritos. Um dos inquéritos está caminhando bem para esse lado.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Eu sei que muita coisa é mantida em sigilo, até para segurança da gente mesma, mas a gente tem como acompanhar mais ou menos como está o andamento?

O SR. GILSON PERDIGÃO - Sim, lógico! A delegacia está de portas abertas. A senhora pode ir lá. É aberta 24 horas. Pode me procurar diretamente; ou a mim, ou ao Dr. Thales, que é o delegado Assistente. A gente conversa. Se é uma informação que não se queira prestar, vamos dizer, formalmente, mas que a gente possa buscar de outras formas, vocês podem passá-la para a gente também. Até por medo de alguma represália, alguma coisa, vocês podem passar essas informações. A gente trabalha de outras formas para chegar a esse ponto...



A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Hum, hum!

O SR. GILSON PERDIGÃO - ...se for interessante, sem expor ninguém. A gente pode fazer isso, sem problema algum.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Eu também gostaria de saber se a gente corre algum risco.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - De quê? Da... Ah, porque, na ocasião em que a Larissa foi sequestrada, após um tempo, foi levado um menino também. E ele disse que, quando foi solto na preventiva, o advogado dele falou para ele que era para ele tomar muito cuidado, porque a família ia armar alguma coisa contra ele.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Mas isso é igual ao que eu expliquei à Deputada. Isso é uma alegação que ele sempre vai tentar fazer. É a alegação do criminoso. Você diz em relação ao Fernando, não é?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso, isso, em relação a ele.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Isso é uma alegação básica dele. Ele vai sempre tentar dizer que o mundo está contra ele.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - É porque a gente ficou com medo, porque... Não sei se a Wal comentou aqui... Você comentou, Wal?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Não.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Vai comentar?
(Pausa.) Ah, então tá. Eu vou deixar para ela comentar.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Se houver algum tipo de ameaça que chegue, por terceiros ou não, procure a delegacia, e isso vai ser oficiado ao juízo. Ele vai tomar outra medida ainda, ou até instaurar um outro inquérito policial.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - É, porque às vezes há telefonemas que... Na ocasião em que a Larissa foi levada — depois que eu fui prestar atenção nisso —, havia muitos telefonemas em que, quando eu falava: “Alô!”, a pessoa não respondia. Foram vários telefonemas, entendeu? Eu até relatei isso uma vez a um delegado. Só que depois passou-se um tempo e ela sumiu.



O SR. GILSON PERDIGÃO - O que vocês têm que prestar atenção... Eu fui Delegado Titular da Delegacia de Informática. Vou dar um exemplo. Havia uma mãe cuja filha tinha desaparecido, e ela recebia — isso depois a gente investigou e chegou à autora — informações sobre a filha dela, e a pessoa cobrava mil reais para passar a informação. Então, infelizmente, isso faz parte da natureza humana. Quando se chegou a isso, era uma menor de idade fazendo isso com uma mãe que tinha seu filho desaparecido. Então, às vezes, temos que tomar muito cuidado para não interpretar isso já como uma forma de ameaça. Pode ser, sim...

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Hum, hum!

O SR. GILSON PERDIGÃO - ... por isso a gente investiga, mas sempre com muito cuidado. Existem pessoas que fazem o mal sem motivação nenhuma. É da natureza humana, infelizmente. Esse caso foi um. Nós chegamos à autora. Ela usava aquele sentimento da mãe, pedia mil reais, e a mãe depositava. Era uma pessoa humilde, juntava esse dinheiro para pagar à menina. Era uma menor de idade fazendo isso, de 16 anos de idade. Imagine, 16 anos! É indício de uma psicopatia.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GILSON PERDIGÃO - Agora, pela Internet... A mãe usava a rede social para poder pegar informação da filha, e a pessoa usava essa rede social para...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não vamos tomar muito tempo, porque hoje o dia está quente.

Agora vai falar a Wal Ferrão, que é da ONG Portal Kids.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o empenho dos senhores todos, principalmente da Deputada Liliam Sá, que acompanha nosso trabalho desde que nós nos lançamos na defesa dos direitos humanos, há 15 anos. E nós não estaríamos aqui hoje se não fosse a intercessão da CPI, da qual ela é Relatora, e do seu empenho pessoal, porque eu sei que ela tem muito carinho pelas famílias das meninas, tem muito respeito também e acredita muito no trabalho da nossa instituição.

Eu gostaria de agradecer muito aos senhores pela prisão do Fernando, porque foi algo em que a gente veio trabalhando desde 2004, incansavelmente.



Ninguém acreditava que ele iria ao tribunal. Então, nesse dia, todas as mães — e falo aqui por elas, muitas delas estão doentes e não puderam vir aqui hoje, ou foram impedidas pelo trabalho — se sentiram muito contempladas pela prisão dele.

Eu gostaria de, mais uma vez, oferecer todo o conhecimento que o Portal Kids, a instituição, tem a respeito desse caso. Eu, pessoalmente, porque sou jornalista, fiz uma investigação jornalística em cima desse caso e tenho muitos dados sobre ele. Estou à disposição dos senhores para o que os senhores precisarem da instituição, porque também o meu agradecimento vai para os policiais, porque nós não teríamos chegado a esse ponto se não fosse o Inspetor Gilvan Ferreira, o Inspetor Marcus Guimarães, o Delegado Leonardo Tumiaty, a Inspetora Roselaine, o Inspetor Robson Fontenelle. Graças a eles, o Fernando foi preso. Então, o nosso agradecimento vai também para eles.

E eu gostaria de pedir aos senhores...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Sim, a Dra. Patrícia.

E eu gostaria de pedir aos senhores uma atenção especial, porque existe um dossiê, e a gente aponta diversas linhas dentro dessa investigação. A Amanda Nascimento Gonçalo, que foi a única menina encontrada morta, teve um sequestrador que foi identificado pela Delegacia de Homicídios, o Carlos Alberto Ferreira de Castilho. Quando ele pegou prisão preventiva, 2 meses, quando ele saiu, foi posto em liberdade porque não foi flagrante, ele confessou o assassinato da Amanda. O Delegado, que era o Dr. Alexandre Gusman, havia sido trocado, entrou outro, e o Carlos Alberto escapou.

O Carlos Alberto mencionou que ele trabalhava em conjunto com uma outra sequestradora, a Edna Pereira de Souza, que foi a sequestradora da Israylane, uma menina que foi encontrada, e ela teria sido reconhecida pela família da Caroline Menezes. Então, esses dois sequestradores eu não sei, porque eu pedi uma investigação a respeito do que sabia a Edna, e isso nunca foi feito. Eu não sei se a Edna está solta ou se ela está presa, eu não tenho conhecimento disso, mas eu gostaria que fosse feita a caça ao Carlos Alberto Ferreira de Castilho, porque ele é um assassino confesso, ele matou a Amanda com requintes de crueldade. Ela não foi morta... Existe uma denúncia de que ela teria sido morta por tráfico de órgãos. O



corpo dela foi queimado. Ela não foi morta no local em que o corpo foi desovado, que é num terreno em Manguinhos. Esse homem sabe de muita coisa. Eu pedi até uma acareação do Carlos, da Edna e do Fernando. A Edna sabe de muita coisa. Está tudo no dossiê, mas eu vou lhe passar de novo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Olha, eu não sei... São duas meninas: Amanda e...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Não, a Amanda não é processo. Não, não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não? Está em fase de inquérito ainda?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - É, ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Você tem certeza?

O SR. MARCELO MAIA - Você tem o número *(ininteligível)*?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Tenho, tenho, tenho. Não foi processo, não.

O SR. MARCELO MAIA - Passa para a gente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Essa foi a menina que foi encontrada morta, e não é processo?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Não, não é processo. Não é processo, até porque, quando ele fugiu, a mãe da Amanda, que é a Cristiane Nascimento — ela e a família inteira dela têm sido atendidas pela instituição desde que eu peguei esse caso, em 2004 —, entrou numa depressão profunda, ela tinha síndrome do pânico. Então, quando ele fugiu, ela ficou desacreditada e ela...

O SR. MARCELO MAIA - Quero fazer uma pergunta: quando ele foi preso, essa prisão foi temporária ou preventiva?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Foi preventiva; ficou 2 meses

O SR. MARCELO MAIA - Porque, se foi preventiva, subentende-se que já virou processo.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Não sei. Olha, agora eu...



O SR. GILSON PERDIGÃO - Não, foi temporária.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - De repente, foi temporária.

O SR. MARCELO MAIA - Porque a temporária, por 30 dias, é prorrogável por mais 30, nesse caso.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - É, exatamente.

O SR. MARCELO MAIA - Então, de repente, foi uma temporária, e o inquérito continuou correndo. Então, a gente tem que ter...

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Eu estou à disposição até para falar sobre o inquérito da Caroline Menezes, porque também tem muita coisa nesse inquérito. Em 2006, iniciou-se... A nossa instituição tem parceria com a Polícia Federal. Nós pedimos à Polícia Federal que abrisse esse inquérito, onde 40 passaportes de meninas foram fraudados ilegalmente; elas foram remetidas ao exterior. Começou uma busca, antes de essa investigação ser desestabilizada pela DCAV, com a transferência do Dr. Leonardo Tumiati, para ver se as nossas meninas estavam nesses passaportes fraudados. Essa investigação não teve prosseguimento e deveria...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Onde foi essa investigação? De quem foi? Da Polícia Federal?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Em parceria com a Polícia Civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E como é que você soube, teve acesso a isso, dizendo que eram 40 passaportes de meninas? Isso a gente precisa saber.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Foi um policial que na época me passou isso. E a DCAV...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas você não tem certeza?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Sim, foi feito pela DCAV, pelo Dr. Leonardo Tumiati.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu vou ter que pedir isso à Polícia Federal, vou ter que pedir isso para ver.

O SR. MARCELO MAIA - Se houve extravio ou então a falsidade do passaporte, é preciso intervenção da Polícia Federal.



A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - A DCAV começou a investigar no ano de 2006.

O SR. MARCELO MAIA - A DCAV começou em 2006?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Começou.

O SR. MARCELO MAIA - Tudo bem, então.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - O Inspetor Dr. Marcus Guimarães esteve na Polícia Federal.

O SR. MARCELO MAIA - Ou então até, de repente, a Polícia Federal ou juntou algum procedimento...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MARCELO MAIA - É muito importante a gente saber dessa investigação da Federal.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Eu gostaria de saber também se vai haver investigação sobre as empresas em que esse homem trabalhou, o Fernando Marinho de Melo, porque ele transporta cargas — essas empresas em que ele trabalhou fazem o transporte de cargas. E a gente acredita e tem visto que as meninas foram remetidas ilegalmente para o exterior.

Outra coisa que eu gostaria de saber também é se... Porque, assim, nós temos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ou outro Estado.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - É, ou outro Estado.

O SR. MARCELO MAIA - Essa última empresa em que ele trabalhava, eu fui pessoalmente lá em Macaé, fiz um contato com os Diretores...

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - É a Laborde? Desculpe lhe perguntar.

O SR. MARCELO MAIA - Qual?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Laborde, embarcações marítimas?

O SR. MARCELO MAIA - Olha, de cabeça não vou lembrar, mas eu tive contato pessoal tanto com os assessores jurídicos como com o Diretor Executivo da empresa. Eles deram total apoio à gente quando souberam do que se tratava. A gente ficou dentro da empresa esperando ele chegar, junto com os advogados da empresa, mas ele não apareceu, enquanto outra equipe já estava indo à casa dele para tentar pegá-lo.



A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - É, eu acompanhei.

O SR. MARCELO MAIA - E aí acabou que ele se entregou, ele foi à delegacia e se entregou.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Hum, hum!

O SR. MARCELO MAIA - Sentiu-se pressionado e não tinha mais para onde ir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Você sabe o ano do caso desses passaportes?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Foi 2004.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Sim. Eu não tenho o resultado da investigação, que começaram a...

Porque, assim... Nós temos 20 casos de meninas e 1 menino, que nem é nosso caso, mas o policial da 17ª DP me informou que ele tinha sido reconhecido. Esse menino, o Flávio Lúcio, sobreviveu. Ele conseguiu fugir do aliciamento do Fernando e o reconheceu. Ele estava com uma mulher acompanhando, ofereceu balas. Em outros casos, ele também usou desse mesmo artifício.

Outras meninas não recorreram à nossa instituição, mas tem muitas meninas que desapareceram de forma enigmática ou foram sequestradas. Eu acho muito importante se fazer um levantamento de todos esses casos — eu não tenho conhecimento — para ver se existem testemunhas, se a família reconhece o Fernando.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Exatamente, fazer uma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Para ver se tem uma rede de exploração sexual, de crimes de pedofilia, talvez.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Exatamente. Eu sei que são muitos questionamentos. *(Risos.)* É só mais uma pergunta. Dentro das investigações que nós acompanhamos, o Fernando teria sido responsável pelo sequestro da Michele Santana de Araújo, que aconteceu 1 mês antes do da Thaís de Lima Barros. Ele foi reconhecido pelo irmão dela, isso dentro da Delegacia. Porque, assim, todos esses casos que eu estou citando...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - A Andréa Ferreira da Mota, que o irmão também reconheceu... Isso foi antes da... Reconheceu, porque a Inspetora Roselaine, à época, mostrou o retrato a ele, e ele a reconheceu. A Thaís Bernardina, a irmã dela o reconheceu também dentro da Delegacia, embora a mãe acredite que ela está fugida. E a Larissa Andrade... a testemunha da Larissa também, segundo me informou o Inspetor Robson, teria reconhecido o Fernando. E nenhum desses casos virou processo. A Michele, a mãe, está muito doente; a Andréa e a Thaís Bernardina, as mães estão com problemas emocionais; e a mãe da Larissa Andrade, Silvânia, não veio aqui porque o trabalho não permitiu que ela viesse.

O SR. GILSON PERDIGÃO - A senhora tem como passar essas informações?

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Tenho, está tudo no dossiê.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Ah, então está ótimo.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Se os senhores quiserem marcar uma reunião, eu venho e detalho cada informação, porque tem muita...

O SR. GILSON PERDIGÃO - Até na Delegacia, isso que eu ia dizer.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Hã, hã!

O SR. GILSON PERDIGÃO - Marque comigo, a gente se encontra...

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Tá bom, doutor.

O SR. GILSON PERDIGÃO - ... analisa os inquéritos, e a gente conclui.

A SRA. WALTÉA FERRÃO RIBEIRO - Tá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Alguém quer colocar mais alguma coisa? *(Pausa.)*

Agora, eu gostaria de perguntar aos doutores de que maneira a CPI pode ajudar nesse caso, por exemplo. Quais as dificuldades que a Polícia encontra que poderiam ser uma recomendação em nível nacional? Quero também saber quanto tempo vai levar essa Delegacia, se já começaram as obras, quanto tempo para a inauguração até...? Quando vai ser? A gente tem que saber o efetivo funcionamento: se vai ser depois da Copa ou antes das eleições? Como vai ser?

A SRA. ELEN SOUTO - Então, essa Delegacia já tem o espaço definido. Ontem, quarta-feira, foi feita a mudança, porque uma delegacia vai sair do local para



onde nós vamos, já está definido. As obras já estão sendo feitas para nos atender e atender às outras que vão se mudar em razão da nossa entrada. A gente está tirando mais duas de lugar para a gente entrar. E as obras têm que estar prontas até 20 de junho. Está tendo reunião toda sexta-feira na Cidade da Polícia, para cobrar. Toda sexta-feira, a gente vai para lá. O Chefe de Polícia está lá.

O SR. GILSON PERDIGÃO - A senhora conhece a Cidade da Polícia?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu nunca fui lá.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Então, é uma estrutura em que já está tudo pronto. Então, quando a Dra. Elen fala obras...

A SRA. ELEN SOUTO - São detalhes. São coisas mínimas. Na verdade, as obras da minha Delegacia são novas...

O SR. GILSON PERDIGÃO - Exatamente, divisões, divisórias. Algumas coisas assim.

A SRA. ELEN SOUTO - É. Na minha nem é divisória, mas pontos mesmo, para funcionar o computador.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Adaptações. Exatamente isso. Às vezes, a gente fala em obras, e vocês podem interpretar como...

A SRA. ELEN SOUTO - A Cidade da Polícia é um complexo onde todas as Delegacias Especializadas da Polícia estão lá. A senhora conhece? A senhora viu a estrutura, né? Uma belíssima estrutura. E a intenção do Chefe de Polícia é inaugurar depois da Copa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Que bom!

A SRA. ELEN SOUTO - Porque nós vamos aproveitar... Por que depois da Copa? Porque vai coincidir com a formatura dos inspetores. Tem 400 inspetores que vão se formar agora, em 15 de junho, e até o exame admissional... Enfim, eles vão ficar prontos. Quando eles ficarem prontos, a primeira lotação de parte desses inspetores vai ser na nova Delegacia. Então, depois da Copa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Essa Delegacia de Crianças Desaparecidas foi uma das reivindicações que nós fizemos, na época, ao Vice-Governador, hoje Governador, Fernando Pezão. Nós pedimos a ele, entregamos um documento, um dossiê, que nós fizemos uma audiência pública da CPI no ano passado, ouvindo todo mundo, e nós entregamos para ele e pedimos também a



reforma da DCAV. Isso também foi uma das reivindicações da CPI, porque a DCAV atende às crianças vítimas de violência sexual e ela precisa ser bem mais estruturada.

E eu queria saber sobre a escuta sem dano, Dr. Marcelo Maia, que o senhor falasse como está sendo isso. Vocês estão implantando o mesmo modelo lá do Rio Grande do Sul? Em Recife, já funciona de uma maneira que dá respaldo para não revitimizar a criança. E nós pegamos de alguns Estados alguns modelos. E eu gostaria de saber como está sendo feito isso aqui no Rio de Janeiro, como está a questão da infraestrutura da DCAV e a demanda para atender a todo o Estado.

O SR. MARCELO MAIA - A DCAV... Nós fomos transferidos para uma base que fica ao lado do IML temporariamente, porque onde vai funcionar a chamada Cidade da Criança vai ser na Rua do Lavradio. A gente teve que deixar o prédio, para que as obras se iniciassem. As obras não se iniciaram ainda porque existe muito material da antiga delegacia de pirataria que funcionava ali e foi para a Cidade da Polícia, mas ainda tem muito material apreendido, CD, DVD, que eles ainda estão retirando.

E, quanto ao funcionamento do complexo do nosso Centro de Atendimento às Vítimas, crianças e adolescentes, de violência sexual, está em andamento no Souza Aguiar. A gente conseguiu três salas. Lá vai funcionar o CAAC, que é o Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança, vamos ter uma sala, que é a projeção da DCAV onde vão ser confeccionados os registros de ocorrência, e vamos ter uma sala para a entrevista investigativa dessas crianças que foram violentadas. Os policiais já foram capacitados, inclusive com cursos, finalizando com a Dra. Lilian Stein, que é a precursora disso aqui no Brasil, é Ph.D. em entrevista investigativa. Os policiais da DCAV já foram qualificados. Eu também participei do curso.

E, também no Souza Aguiar, a gente vai ter uma salinha do IML, para que a vítima não precise passar por toda a cidade para conseguir fazer o que precisa. Ela já está vitimizada ali, já sofreu uma lesão muito grave. Então, ali ela vai ter todo o atendimento. Vai ser uma equipe multidisciplinar. Fizemos um termo de cooperação técnica com o Ministério Público, com a Secretaria de Saúde Municipal, com o Governo do Estado, com a Polícia Civil, com a Secretaria de Segurança. Já estão bem adiantadas as obras. O que a gente está agora negociando — amanhã tem



uma reunião — é para a gente conseguir os aparelhos. Tem processo de licitação, mas a gente está conseguindo a doação de todos esses aparelhos até com o Instituto Bola pra Frente, que é do Jorginho, tetracampeão. Ele ficou de doar toda essa aparelhagem para o funcionamento do Centro, para que adiantemos o início dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Como funciona o IML na questão dos laudos? É rápido? Demora? Porque, em alguns Estados, nós vimos que, às vezes, tem uns que levam 10 dias, outros levam 2 anos para ficarem prontos. Como ficam os laudos aqui para poder apurar o inquérito?

O SR. MARCELO MAIA - Hoje em dia, os exames que são feitos no IML...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - A perícia?

O SR. MARCELO MAIA - A perícia, em 2 dias, já está disponibilizada no sistema da Delegacia Legal. Então, a gente já tem acesso à conclusão do perito. O laudo original, para a gente pegar o manual, o físico, isso demora, em média, de 7 a 15 dias. Agora, o delegado, em 2 dias, já tem acesso, pelo sistema, ao que decidiu o perito. Entendeu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso é muito bom.

Doutor, eu gostaria de saber das vítimas de abuso sexual, de exploração sexual, que é a pergunta que eu quero fazer para vocês: nesses últimos 5 anos, qual é o diagnóstico real do Rio de Janeiro? Aumentaram ou diminuíram os pontos de vulnerabilidades apontados pela Polícia Rodoviária Federal dentro da cidade, da capital? Como vocês têm trabalhado nesse sentido? Eu vou fazer para a DPCA e para a DCAV essa pergunta.

O SR. MARCELO MAIA - A gente tem alguns inquéritos investigando a exploração sexual. Existe, certamente, uma rede. A gente já identificou hotéis, restaurantes, boates, taxistas que fazem parte disso.

O que causou mais dificuldade nesse inquérito foi a gente conseguir as medidas cautelares pertinentes, como interceptação de telefones. A gente conseguiu vários telefones através de depoimentos de adolescentes para que conseguíssemos a interceptação telefônica, mas os juízes não deram a interceptação telefônica. Então, fica muito difícil a gente tentar conseguir investigar uma rede internacional sem ter a possibilidade da interceptação telefônica.



Então, eu até peço ajuda à CPI, para que a gente consiga criar aqui no Rio de Janeiro uma Vara única especializada no atendimento à criança e ao adolescente vítima, porque é muito difícil a gente se relacionar com mais de 40 juízes. Tem juiz que é afeto à causa, mas tem juiz com quem a gente tem dificuldade de relacionamento, não consegue falar... Então, se a gente tiver uma Vara especializada aqui no Rio de Janeiro com uma pessoa que entenda os problemas da criança e do adolescente e seja ligada à causa, certamente as dificuldades serão muito diminuídas.

Então, é esse o apelo que eu faço à CPI.

O SR. GILSON PERDIGÃO - O que eu vejo é que a nossa atribuição chega a ser concorrente em alguns casos, tanto da DPCA quanto da DCAV. Então, nós temos alguns procedimentos muito semelhantes.

Qualquer procedimento nosso em inquérito policial é distribuído para uma Vara criminal, que vai analisar algum pedido cautelar. Como o Dr. Marcelo bem disse, em muitos casos, o juiz na verdade não enxerga aquilo como... Ele está, às vezes, tão acostumado com outros tipos de crime no dia a dia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ele não enxerga um crime contra a criança...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GILSON PERDIGÃO - Exatamente. E essa medida cautelar às vezes fica inviável. O que a gente tenta fazer, pelo menos o DPCA? A gente demora mais até, às vezes, porque a gente tenta chegar a um estado flagrancial, tentar prender em flagrante. Então, às vezes, uma rede... Nós temos investigações, às vezes, em pequenos apartamentos ou em Copacabana, vamos dizer, que são os que exploram sexualmente essas menores, que são sempre as mesmas figuras. Elas estão naquele ramo há anos. Assim como a gente pode dar o exemplo da casa de aborto, não é? Na semana passada, a gente fechou uma casa de aborto, em Jacaré, e é um médico de 80 anos que faz... A primeira vez que ele foi preso foi em 1959. Em 1959, ele foi preso pela primeira vez fazendo aborto. Ele faz aborto até hoje, com 80 anos de idade. Então, assim, se existisse uma Vara também... É difícil, porque a gente não pode especializar todas as Varas.



Mas, nesse caso específico, como o Dr. Marcelo disse, é muito importante, porque o juiz passa a ficar sensível ao tema. Então, começa a estudar, a se interessar pelo tema, fica sensível e acaba viabilizando a investigação. Então, muitas vezes, eu preciso de alguma medida judicial de busca e apreensão, alguma coisa, e vou recorrer até ao plantão. Eu vou ao plantão e às vezes eu consigo com mais facilidade no plantão. Não sei se o Dr. Marcelo tem a mesma coisa. No plantão você consegue, e às vezes não consegue na Vara criminal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GILSON PERDIGÃO - É exatamente isso.

A SRA. ELEN SOUTO - No desaparecimento, é a mesma coisa. No desaparecimento, num primeiro momento, é a menina que está desaparecida. Desaparecimento não é crime. Então, para você instaurar um inquérito, já é complicado, e conseguir medidas cautelares é muito complicado. Você tem que estar quase que caracterizando um sequestro, quando, muitas das vezes, você não tem a testemunha ali para caracterizar o sequestro. Então, é complicado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, a reivindicação de vocês aqui, no relatório final da CPI, seria essa Vara especializada em crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Não digo nem só em relação à dignidade, mas relacionados a crianças e adolescentes vítimas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Com crime relacionado também. Todos, vítimas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GILSON PERDIGÃO - Porque já existe a Vara da Infância e da Juventude, que é responsável pela parte de adolescente infrator. Então, a gente precisa de uma em relação à vítima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ah, tá, uma Vara especializada para crianças e adolescentes vítimas.

O SR. GILSON PERDIGÃO - Que trate de qualquer modalidade criminosa em relação a essas vítimas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Entendi.



O SR. MARCELO MAIA - Eu penso o seguinte: se os infratores têm a Vara especializada, por que não a vítima?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É verdade.

O SR. MARCELO MAIA - Então, é o que a gente busca. E eu tenho ciência até de que o Desembargador Siro Darlan vem lutando para que a gente consiga essa Vara especializada, mas é preciso que a Presidente do Tribunal de Justiça também dê o aval para que essa Vara possa sair do papel.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós vamos fazer um pedido, uma indicação, para a CPI.

A SRA. ELEN SOUTO - Nessa pergunta que eu fiz, teria condições de pegar o caso das outras meninas todas, de fazer um...

O SR. MARCELO MAIA - A gente vai analisar. Depois você passa esse documento para o Dr. Gilson.

Em relação a esses outros casos, é bom que a gente marque uma reunião lá na DPCA. A gente verifica onde estão esses procedimentos, porque tem procedimento em delegacia distrital de que a gente nem tem ciência. Então, sentando juntos, a gente traça, pesquisa, vê onde estão, até para que o Chefe de Polícia possa avocar e deixar com um delegado só, numa delegacia só. Está bom?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Bem, ficou, então, estipulada uma agenda com o Portal Kids para entregar um relatório para o Dr. Gilson Perdigão e também ficou acordado que a Dra. Elen vai fazer os procedimentos e entrar em contato também com a Secretaria de Direitos Humanos e com a Polícia Federal, se precisar de apoio na questão do DNA, e vai aguardar fazer essa perícia nas ossadas. E vai entrar em contato com as mães para colher do DNA. Foi isso o que ficou acordado aqui, não é?

Então, eu quero agradecer ao Chefe de Polícia por ter aberto esse espaço para que a gente pudesse conversar aqui, ao Dr. Fernando Veloso. Agradeço à Dra. Elen Souto, Delegada da Divisão de Homicídios; ao Dr. Gilson Perdigão, Delegado Titular da DPCA; ao Dr. Marcelo Maia, Titular da Delegacia da Criança e Adolescente Víctima — DCAV; às mães presentes; à Waltéa Ferrão Ribeiro, Presidente do Portal Kids; à Elisabete Martins de Lima Barros; à Raquel Gonçalves; e à Maria de Lourdes Cavalcanti, avó da Gisela.



Agradeço também a nossa equipe de Brasília, aos taquígrafos e ao nosso Secretário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.